Brazil Windpower

27-29 Outubro, 2026





INSIGHTS BRAZIL WINDPOWER 2026



Apresentamos a você um material robusto, cuidadosamente elaborado para reunir a síntese das ideias, propostas e consensos discutidos no Brazil Windpower, o principal encontro de energia eólica e energia renovável da América Latina.

Ao longo de três dias, o evento foi conduzido por uma jornada com lógica, propósito e direção: **conectar para transformar**. A proposta foi fomentar debates capazes de aproximar **visões, soluções e ações**, convertendo o potencial das energias renováveis em desenvolvimento econômico e novos projetos.

Neste material, você encontrará os principais destaques do Congresso BWP: ONSHORE, OFFSHORE e O&M, e estão organizados de forma a facilitar a consulta e apoiar a retomada dos temas discutidos, sempre que necessário, para reflexão ou fundamentação de decisões estratégicas.

BOA LEITURA!

BRAZIL WINDPOWER 2026

O ***BRAZIL WINDPOWER 2026*** demonstrou que o setor eólico brasileiro superou a fase de expansão simples e ingressou em uma nova etapa, na qual o crescimento sustentável depende da coordenação entre geração, transmissão, armazenamento, regulação e diálogo com os territórios. Há otimismo estratégico, mas ancorado em urgência operacional: as soluções técnicas estão mapeadas, os projetos-piloto mostram resultados, porém a janela de oportunidade é estreita, e a velocidade das decisões regulatórias e institucionais determinará se o país capturará ou não os investimentos emergentes.

> *"A nossa proposta é transformar o país e a sociedade por meio da energia, por meio da Energia Renovável e por meio da Energia Eólica."*
>
> ***ELBIA GANNOUM, PRESIDENTE EXECUTIVA DA ABEEÓLICA***

TRÊS MOVIMENTOS EXIGEM AÇÃO IMEDIATA:

1. Resolver o curtailment e destravar a flexibilidade do sistema – A escalada dos cortes de geração já compromete a rentabilidade dos ativos e a atratividade de novos projetos. É imprescindível concluir a revisão da Resolução 1.030, avançar sinais locacionais de preço, promover leilões de armazenamento e resposta da demanda, e reverter a "sinalização distorcida" do leilão de térmicas.

2. Modernizar a arquitetura regulatória e reduzir o risco institucional – A colcha de retalhos normativos e a judicialização elevam o custo marginal do risco acima do custo marginal da expansão. A segurança jurídica depende de coordenação entre as frentes regulatórias (tributária, setorial, ambiental) e da implementação de regras claras, mesmo que aperfeiçoáveis, em substituição ao vazio regulatório.

3. Acelerar a infraestrutura portuária e de rede para offshore e novas cargas – O Brasil tem uma janela histórica com data centers, hidrogênio verde e eólica offshore, mas a expansão da rede leva anos, e os portos não dispõem de embarcações especializadas. Sinais locacionais e soluções bridging são inevitáveis.

Este documento reúne diagnósticos, dados e ações sugeridas, organizados em seis eixos estratégicos, complementados por uma matriz de impacto, indicadores de alerta precoce e um glossário para apoiar decisões de alto nível.

1 INTEGRAÇÃO SISTÊMICA: *o fim da era de expansão isolada*



"E quando a gente olha a colcha de retalho que virou o Setor Elétrico Brasileiro, você tem um problema, você faz um puxadinho, aí você faz outro puxadinho e isso já tá merecendo, provavelmente, um novo Modelo Institucional do Setor Elétrico, né? O novo framework, logicamente garantindo todos os contratos sem fazer loucura, com período de transição. Mas a gente está precisando criar um modelo de contrato, um modelo de operação e um modelo de governança mesmo do setor elétrico, que faça face a essa modernidade que está aí batendo na porta."

ROSANA SANTOS, DIRETORA DO INSTITUTO E+

A mensagem mais repetida nos três dias foi que adicionar capacidade eólica já não basta. O centro da competitividade migrou para a coordenação entre geração, transmissão, armazenamento, consumo e operação em tempo real. O gargalo não está mais no vento, está no sistema.

PRINCIPAIS SINAIS:

- O Brasil adicionou apenas 2,3 GW em 2025, enquanto acumula quase R$ 6 bilhões em perdas por cortes de geração.

- Os cortes energéticos já ultrapassam 70% do total de restrições, com projeção de atingir 96% até 2029. Deixaram de ser exceção e se tornaram variável permanente de operação, remuneração e modelagem de projetos.

- A matriz hidrelétrica encolheu de aproximadamente 87% (1998) para 42% da capacidade, e o sistema de leilões, despacho e formação de preço ainda opera com ferramentas projetadas para outro Brasil. A troca dos modelos Newave/Decomp por código aberto e a digitalização das simulações apareceram como resposta concreta, mas a dívida de modernização regulatória ainda é o principal freio.

- A integração entre operação, manutenção, comercialização e engenharia financeira deixou de ser desejável e virou condição de sobrevivência do projeto.

SOLUÇÕES APONTADAS:

- Migrar definitivamente para modelos probabilísticos, com discretização horária e integração geração-transmissão, substituindo a cadeia atual por ferramentas de código aberto.

- Criar a figura do gestor de recursos distribuídos, a exemplo da Europa, para incorporar os 54 GW de geração distribuída que permanecem como ponto cego operacional.

- Tornar a resiliência climática critério central, e não apenas transversal, no planejamento da expansão, combinando soluções de curto prazo com obras estruturais.

- Realizar leilões de baterias com segurança de receita e empilhamento de serviços, e evoluir sinais locacionais.



2 O DESAFIO DO CURTAILMENT E A URGÊNCIA DA FLEXIBILIDADE



"O melhor é a gente testar as soluções em concreto, em vez de ficar buscando uma solução ótima que nunca chega a ser implementada. O pior cenário realmente é o vazio."

HUGO NUNES, DIRETOR EXECUTIVO DE REGULAÇÃO NA EDP

Os cortes de geração foram o tema mais doloroso e onipresente. A visão técnica foi unânime: não se trata de simples "sobra de energia", mas de falta de flexibilidade operativa, limitações de rede e insuficiência de sinais econômicos.

MENSAGENS CENTRAIS:

- A classificação correta dos cortes (confiabilidade vs. energético) é pré-condição para ressarcimento e para planejamento da expansão. A revisão da Resolução 1.030 é o principal instrumento regulatório no curto prazo.

- A transparência e auditabilidade das decisões do ONS precisam avançar rapidamente, com bases unificadas e critérios reprodutíveis. O setor pede regras claras, mesmo que aperfeiçoáveis, pois o vazio regulatório é mais danoso que a regra imperfeita.

- A flexibilidade deixou de ser atributo desejável e passou a ser o requisito central do sistema: armazenamento, resposta da demanda, usinas reversíveis, medição inteligente, tarifa horária e mercado de serviços ancilares foram citados repetidamente como ferramentas obrigatórias para o novo ciclo.

- A experiência internacional mostra que mercados maduros rapidamente migram receita de serviços de frequência para arbitragem de preço. Sem evolução dos sinais locacionais e do piso/teto do PLD, o armazenamento no Brasil corre o risco de se tornar mais um subsídio a ser carregado pela tarifa.

SOLUÇÕES APONTADAS:

- Concluir rapidamente a revisão da RN 1.030 com critérios claros, transparentes e reprodutíveis.

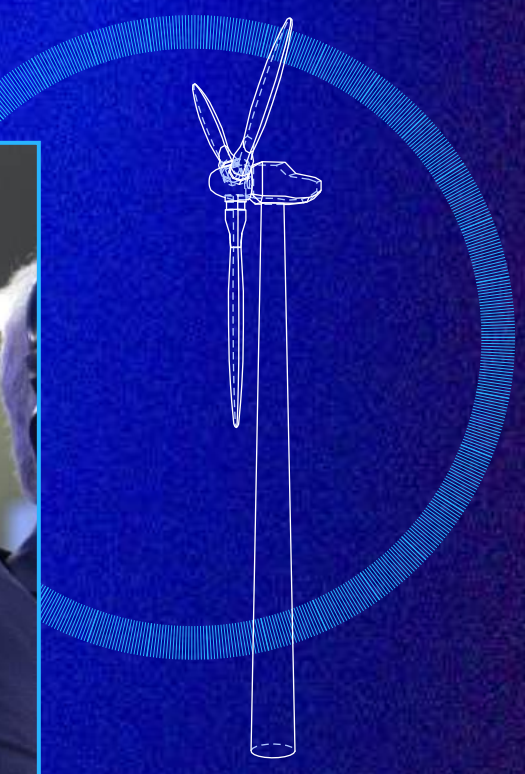
- Avançar em sinais de preço locacionais e horários (revisão do piso do PLD, fim da tarifa monômia), pois sem sinal econômico correto a flexibilidade jamais será remunerada de forma sustentável.

- Promover resposta da demanda e medição inteligente como alternativas mais baratas e rápidas que a simples adição de baterias ou térmicas.

- Reverter a sinalização distorcida do leilão de térmicas, que elevou o encargo ERCAP.

3 REGULAÇÃO, SEGURANÇA JURÍDICA E O CUSTO DA IMPREVISIBILIDADE





“A gente está diante de uma transição, vou chamar assim, regulatória, em que algumas definições ainda não estão muito bem claras. Elas ainda estão acontecendo. Então é o momento de pouquíssima atividade em termos de novos financiamentos ou novos investimentos e tentando resolver isso, mas muitas vezes sem saber para onde a gente vai. (...) Todos esses itens de risco viram preço.”

ALLAN GABRIEL, HEAD DE ENERGIA NA ÁREA DE PROJECT FINANCE DO ITAÚ BBA

O debate regulatório foi o fio condutor de quase todos os painéis, com um diagnóstico duro: o custo marginal da expansão foi substituído pelo risco marginal da expansão. O investidor não decide expandir se não conseguir medir os riscos de curtailment, encargos, mudanças retributivas e instabilidade contratual.

PONTOS DE CONVERGÊNCIA:

- A reforma tributária, a dupla contabilização, a modernização do marco do setor elétrico e a definição do custeio das baterias avançam em paralelo, mas sem coordenação suficiente. A falta de sincronia entre essas frentes gera efeitos colaterais que já comprometem a atratividade de projetos greenfield.

- A “colcha de retalhos” regulatória e a judicialização foram citadas como sintomas de um sistema que transfere decisões técnicas para o Legislativo e para os tribunais. A proposta de um “marco de responsabilidade energética” — com decisões técnicas nas instâncias técnicas, subsídios com prazo e pagos pelo Tesouro — ganhou corpo em diferentes painéis.

- A reforma tributária exige ação imediata das empresas: revisão de contratos, adaptação de sistemas, gestão de créditos e preparação para disputas sobre preço e regime aplicável. A transição de 2027 será tão operacional quanto jurídica.

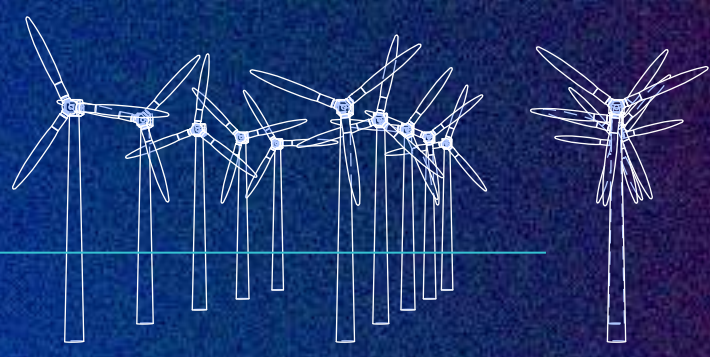
- O mercado de carbono regulado (Lei 15.042) avança com a fase 1 em 2027, mas o espaço para renováveis como ofertantes de créditos ainda depende da definição de adicionalidade adaptada à realidade brasileira. Juros altos, curtailment e insegurança jurídica precisam ser reconhecidos como barreiras.

SOLUÇÕES APONTADAS:

- Garantir previsibilidade regulatória por meio da conclusão das regulamentações pendentes, coordenação das agendas e respeito a contratos.

- Implementar mecanismos de governança que mantenham decisões técnicas nos órgãos próprios, evitando judicialização excessiva.

- Incluir no marco regulatório do setor elétrico a obrigatoriedade de análise de impacto regulatório para novas normas, assegurando transparência e participação dos agentes.



4 *OFFSHORE, HIDROGÊNIO E NOVAS CARGAS: o potencial que precisa virar projeto*



“No Brasil a gente tem a complementariedade de Eólica Offshore com hidrelétrica. Olhando para o ano, complementariedade com o solar no perfil diário, principalmente em algumas localidades específicas, né? No Rio de Janeiro, no Nordeste. Então tem esse valor.”

LUCAS BARBOSA, HEAD DE ENERGIA E CONSULTOR PARA SETOR MARÍTIMO NA DANKE INDUSTRI - CONSULADO DA DINAMARCA

A eólica offshore ocupou espaço proporcional à expectativa que gera: há convergência sobre seu valor estratégico de longo prazo, mas também sobre a distância que ainda precisa ser percorrida até os primeiros megawatts comerciais.

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES:

- A Lei 15.097 é uma boa base, mas falta o decreto regulamentador, o fluxo operacional de cessão de áreas e o Portal Único de Gestão que funcione como balcão único para 23 instituições. Os três projetos piloto em andamento são apostas acertadas para reduzir risco e gerar dados antes da escala comercial.

- O custo da offshore impede sua entrada natural na expansão de referência, mas sua complementaridade hidrológica, a proximidade da carga no Sul/Sudeste e a redução da necessidade de transmissão lhe conferem papel de hedge sistêmico, não apenas de nova oferta de energia.

- O gargalo mais concreto e imediato está na infraestrutura portuária e na disponibilidade de embarcações especializadas — zero na América do Sul contra dezenas na Europa e na China. O investimento anunciado pela Oceânica na construção de embarcação própria foi um dos acenos mais práticos do evento.

- Os data centers surgem como o principal vetor de demanda nova: 18 GW em pedidos de acesso desde janeiro de 2025, com concentração no Sudeste, e projeções de investimento de até US$ 600 bilhões se o potencial brasileiro de 13 a 15 GW for capturado, segundo dados compartilhados no evento. O prazo de sete anos para expansão da rede é incompatível com essa velocidade.

- O hidrogênio verde, embora ainda em estágio de formação de mercado, encontrou uma rota estratégica clara: fertilizantes nitrogenados. O Brasil importa 95% do que consome, e a substituição por produção local com energia renovável conecta transição energética, segurança alimentar e reindustrialização.

SOLUÇÕES APONTADAS:

- Publicar o decreto da Lei 15.097 e operacionalizar o Portal Único, separando cessão de área da definição do modelo de remuneração da energia.

- Iniciar o planejamento portuário imediatamente, vinculado ao cronograma regulatório.

- Para baterias (BESS): além do leilão de capacidade, construir regras de empilhamento de receitas (arbitragem, serviços ancilares, resposta da demanda) para garantir sustentabilidade de longo prazo.

- Para o hidrogênio: migrar o foco da oferta para a criação de demanda firme, usando mandatos graduais e compras públicas que deem previsibilidade ao offtaker.

- Para data centers: adotar sinais locacionais que direcionem carga para o Norte e Nordeste, próximos da geração renovável, aliviando a pressão sobre o Sudeste.

5 INDÚSTRIA ONSHORE, CADEIA DE SUPRIMENTOS E COMPETITIVIDADE



"Não adianta só aumentar a potência... Nós temos máquinas de 10,5M Onshore. Não adianta trazer para cá, não tem como movimentar aqui no Brasil, né? Eu não tenho equipamento de içamento, eu não tenho rodovias, não tenho cabotagem no Brasil. A cabotagem é uma coisa assim... que só existe na cabeça das pessoas. Na prática não existe."

ROBERTO VEIGA, VICE-PRESIDENTE DA GOLDWIND

A competitividade da eólica brasileira foi afirmada com orgulho, mas temperada por alertas severos sobre a fragilidade da cadeia local e sobre os custos invisíveis que corroem a vantagem natural do país.

DESTAQUES:

- O Leilão de Reserva de Capacidade com 15 GW de termelétricas foi classificado como “o maior absurdo da história do setor” — o encargo ERCAP multiplicou quase cinco vezes em um mês. O setor vê nisso uma “carbonização” disfarçada da matriz que neutraliza a vantagem verde brasileira.

- A cadeia produtiva onshore, construída em 20 anos, está estruturalmente frágil: poucos fornecedores dedicados, logística interna com custos que podem superar o frete internacional e homologações que se arrastam por 8 a 9 meses. O exemplo de que transportar uma pá do Ceará para o Sul custa mais do que enviá-la a Houston expôs de forma contundente o gargalo logístico.

- A política de conteúdo local requer demanda previsível e constante. Sem isso, não há escala, não há redução de custos e não há sustentação da capacidade fabril. O potencial de nacionalização do CAPEX offshore e do OPEX só se realizará com um pipeline crível de projetos, portos preparados e regras de financiamento que equiparem PPAs em dólar e em moeda nacional.

- A digitalização e a inteligência artificial já estão entregando resultados concretos na O&M — recall de 90% em defeitos de pás, corte inteligente de geração, centros de operação integrados —, mas sua adoção plena esbarra em lacunas de conectividade, em regulações que não preveem operação autônoma e em modelos de negócio que ainda não orçam inovação.

SOLUÇÕES APONTADAS:

- Investir em infraestrutura de conectividade nos parques, pois IA sem transmissão de dados é inútil.

- Flexibilizar os controladores das usinas (PPCs) para permitir estratégias de corte por turbina, preservando a vida útil dos ativos e distribuindo desgaste de forma inteligente.

- Racionalizar a expansão da oferta, reverter as distorções do Leilão de Reserva de Capacidade e investir em infraestrutura logística (portos, estradas, equipamentos especiais).

6 PESSOAS, TERRITÓRIOS E LICENÇA SOCIAL



“Não existe transição energética sem transição educacional. E se a gente quer de fato pensar nessa ambição que a gente tem enquanto país, de já ser uma liderança mundial em transição energética, em energias limpas e renováveis, a gente precisa dessa aproximação entre o setor público e o setor privado.”

MARCO ANTÔNIO JULIATTO, COORDENADOR-GERAL DE ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA DO MME

A transição energética deixou de ser apenas uma questão técnica. Virou também uma questão de comunicação, percepção e contrato social com as comunidades.

APRENDIZADOS COMPARTILHADOS:

- O ruído é hoje o principal desafio socioambiental não equacionado tecnicamente. Raios fixos de afastamento (1.500 ou 2.000 metros) são rejeitados pela acústica e pela engenharia. A referência que se consolida é a modelagem computacional validada em campo, como na Instrução Normativa de Pernambuco de 2024. A dimensão subjetiva do incômodo, quem se sente beneficiado percebe menos ruído, precisa ser incorporada à estratégia de relacionamento desde o primeiro contato.

- O Índice de Impulso ao Desenvolvimento Sustentável, a plataforma Ventos da Transformação e a experiência do Complexo Serra da Palmeira mostraram que o fortalecimento institucional dos municípios é pré-condição para que o ciclo de investimentos sobreviva à fase de obra, evitando a percepção de abandono na operação.

- O apagão de mão de obra já está mapeado: o PDE 2032 sinaliza competências para baterias, offshore e digitalização que exigem de 5 a 10 anos de preparação. Iniciativas como a parceria GWO-SENAI e a formação de eletromecânicos com participação da indústria provaram que a colaboração encurta esse prazo.

- A diversidade de gênero saiu da intenção para a demonstração: o complexo Cajuína (100% feminino) e os 32% de participação feminina nos cursos do SENAI-RN mostram que a mudança é viável, mas a permanência depende de infraestrutura básica (banheiros, transporte), flexibilidade para maternidade e métricas que vão além do headcount.

SOLUÇÕES APONTADAS:

- Criar regramento ambiental específico para descomissionamento, permitindo tombamento controlado e definindo destino de fundações e cabos.

- Direcionar recursos de P&D obrigatórios para soluções de fim de vida, fechando o ciclo do Proinfa com inteligência nacional.

- Medir diversidade além do headcount: retorno pós-licença-maternidade, ascensão à liderança e percentual de fornecedores diversos.

- Incorporar o planejamento espacial marinho participativo como etapa prévia a qualquer alocação de área offshore, mapeando usos tradicionais que não constam nas bases oficiais.

- Adotar modelagem acústica validada em campo como padrão regulatório, combinada com mitigação residencial e preservação de vegetação nativa, desbloqueando o licenciamento.

- Tratar a segurança como desenho de projeto desde a escolha do terreno, e não apenas como resposta a incidentes.

QUADRO-SÍNTESE: DA VISÃO À AÇÃO

EIXO ESTRATÉGICO	DIAGNÓSTICO PRINCIPAL	PRÓXIMO PASSO CRÍTICO
INTEGRAÇÃO SISTÊMICA	***Curtailment deixou de ser exceção e modelos atuais não refletem a nova matriz***	Implementar nova geração de modelos (código aberto), revisar PLD e regulamentar a Resolução 1.030
FLEXIBILIDADE E ARMAZENAMENTO	***Necessidade de GWs adicionais até 2035; baterias ainda sem equação econômica resolvida***	Realizar leilão de baterias com segurança de receita e empilhamento de serviços; evoluir sinais locacionais
SEGURANÇA JURÍDICA	***Risco marginal da expansão superou o custo marginal***	Concluir regulamentações pendentes, coordenar agendas regulatórias e garantir respeito a contratos
OFFSHORE E NOVAS CARGAS	***Potencial estratégico comprovado, mas gargalos em regulação, portos e embarcações***	Publicar decreto da Lei 15.097, operacionalizar Portal Único e avançar com projetos piloto
COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	***Cadeia frágil, logística interna mais cara que exportação, sobrecontratação de térmicas***	Racionalizar expansão, reverter distorções do LRCAP e investir em infraestrutura logística
PESSOAS E TERRITÓRIOS	***Conflitos por ruído e expectativa social ameaçam licenciamento e operação***	Adotar modelagem acústica, institucionalizar o diálogo prévio e medir impulso ao desenvolvimento

O Brazil Windpower 2026 mostrou um setor que já fez o diagnóstico, acumulou evidências e testou soluções. A transição da visão para a ação, e da ação para a percepção pública, é a tarefa dos próximos dois anos.

O QUE FAZ O BRAZIL WINDPOWER ÚNICO?



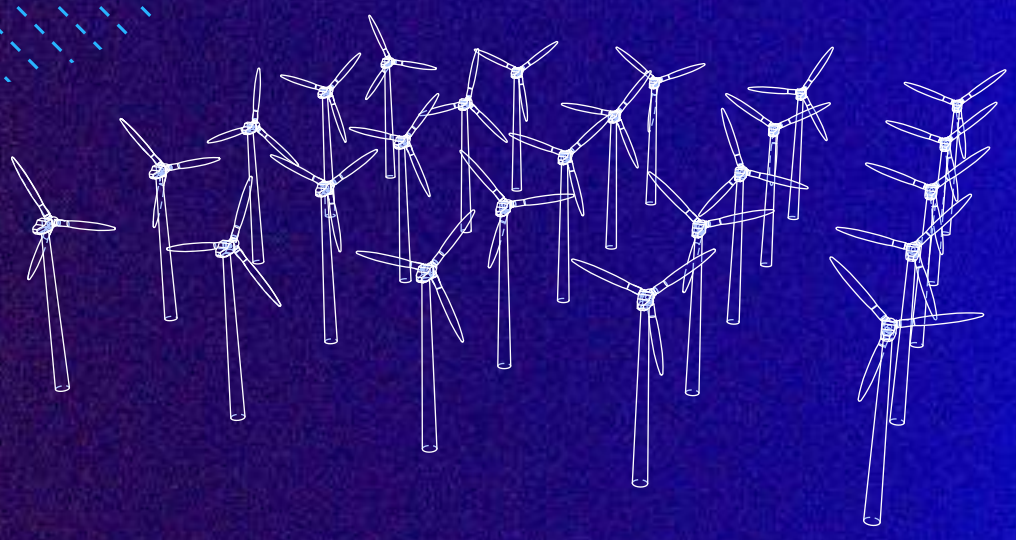
"Porque a palavra agora é reconstruir, retomar com os ventos para transformar."

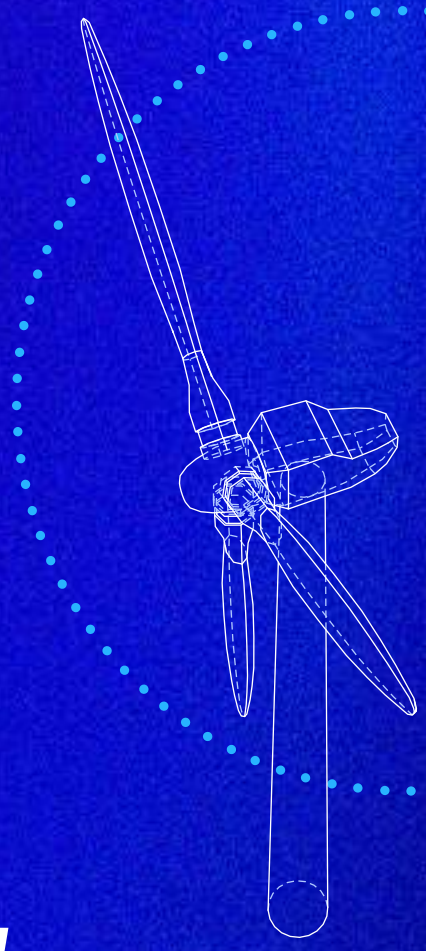
ELBIA GANNOUM, PRESIDENTE EXECUTIVA DA ABEEÓLICA

O Brazil Windpower se diferencia por ser o principal encontro de energia eólica e renovável da América Latina, mas sua singularidade vai além da escala. O evento é o ponto de convergência onde todo o ecossistema — geradores, fabricantes, reguladores, financiadores, pesquisadores e comunidades — se reúne para alinhar visões, testar soluções práticas e construir a agenda que pautará os próximos ciclos de decisão do setor.

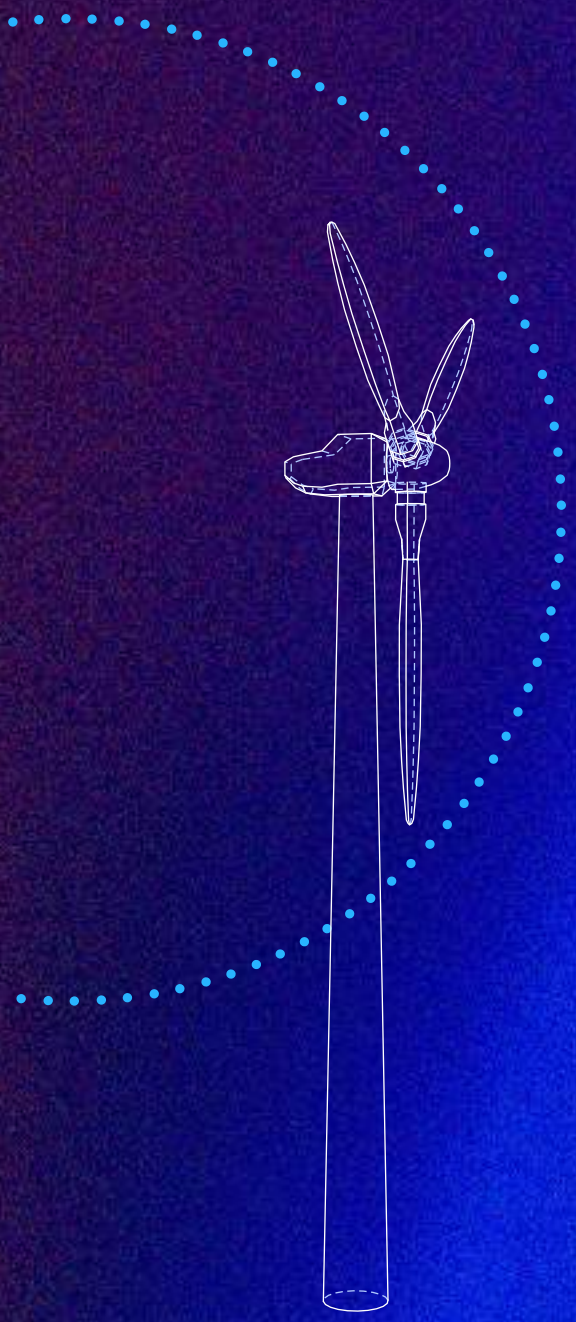
A essência que o torna único está em não apresentar painéis isolados, mas costurar cada debate aos demais, conectando o cenário macroeconômico e regulatório às dores operacionais do dia a dia, e destas às tecnologias de futuro. É um ambiente onde a discussão sobre o novo marco regulatório dialoga diretamente com a realidade dos cortes de geração, a inteligência artificial aplicada à manutenção de pás encontra o debate sobre ruído e licenciamento, e a promessa do hidrogênio verde é aterrissada em casos concretos como o da produção de fertilizantes.

Ao final, o BWP entrega um material robusto que não apenas registra o que foi dito, mas organiza os consensos, as divergências e as evidências em uma base de conhecimento acionável. Essa capacidade de transformar três dias de conversas técnicas em um diagnóstico maduro, com insights práticos e encaminhamentos claros para investidores, reguladores e comunicadores, é o que faz do Brazil Windpower um instrumento de governança setorial e não apenas um evento.

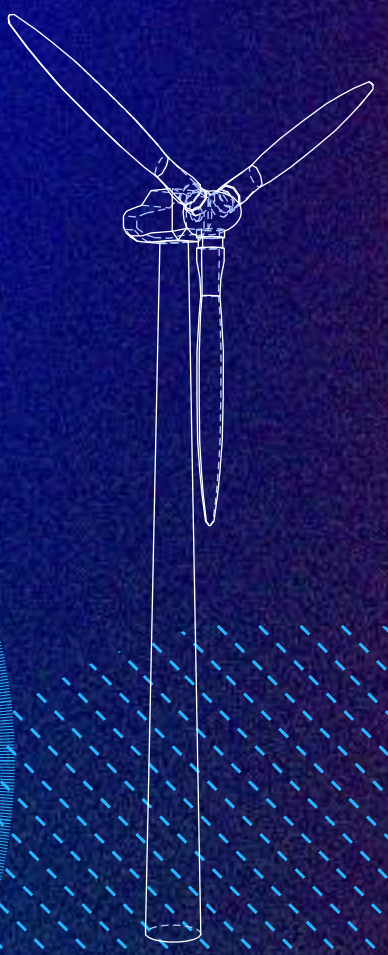




Brazil Windpower







Coorganizadores:

ABEEólica
ONSHORE OFFSHORE
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA E NOVAS TECNOLOGIAS

GWEC
GLOBAL WIND ENERGY COUNCIL

Realização e Organização:

informa